

**SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO**

Fórum Pedro Lessa. Av. Paulista, 1.682, 1º andar - São Paulo/SP - CEP: 01310-200 - CEP - @cidade_unidade@ - - www.jfsp.jus.br

RELATÓRIO 5558801/2020 - DFORSP/SADM-SP/UCIN/SUSR**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS-PJ****EXERCÍCIO 2019****1. INTRODUÇÃO**

Trata-se de Relatório de Gestão Socioambiental referente ao Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo - JFSP, exercício de 2019, com o desempenho do Órgão no tocante às ações voltadas ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 3ª Região (PLS-JF3R), instituído pela Resolução PRES nº 45, de 09/12/2016, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, consolidado no documento SEI 5585107.

Atendendo ao artigo 1º da Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, em março de 2019 foi criada a Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social - SUSR, consoante art. 7º da Resolução nº 37, de 28 de janeiro de 2019, do Conselho da Justiça Federal da Terceira Região, como unidade da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação - UCIN, sendo responsável pela propositura de ações de planejamento, acompanhamento e de execução das metas voltadas à Gestão Socioambiental da Seção Judiciária de São Paulo.

Este novo paradigma tem contribuído para o fortalecimento das práticas de sustentabilidade socioambiental, acessibilidade e responsabilidade social da Seção Judiciária de São Paulo, com foco nos resultados, ou seja, com a determinação de realizar de forma satisfatória o que foi proposto, no menor prazo possível.

Os indicadores de Gestão Socioambiental foram medidos e acompanhados conforme parâmetros previamente adotados, que se encontram apontados no Relatório de Revisão do PLS-JF3R, emitido no processo SEI 0007174-33.2019.4.03.8000, documento DPED 4531486 e estão em constante aprimoramento pela Administração, visando ao alcance dos objetivos institucionais, conforme descrito no presente relatório.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada é a mensuração dos resultados obtidos em 2019, na comparação a 2018, com uma breve descrição das ações relevantes implementadas, bem como a análise e apresentação de justificativa no que se refere ao cumprimento das metas estabelecidas. As metas foram inicialmente projetadas para cinco anos (2016 a 2020), tendo como linha de base os dados apurados em 2015 e, por isso, optou-se pela apresentação dos resultados desde que iniciou a apuração.

Considerando a ocorrência de fatores relacionados às restrições orçamentárias e circunstâncias ambientais, que impactaram consumos e gastos, não foi possível o estabelecimento de metas para todos os indicadores, embora as ações estabelecidas evidenciem a busca de soluções que promovam, acima de tudo, o

fortalecimento de uma cultura voltada à sustentabilidade.

De acordo com a determinação do Comitê de Gestão Estratégica (CGER-3R), constante da [Ata da 13.^a Reunião CGER](#), foram excluídas as metas relativas a gastos dos indicadores "Energia Elétrica" e "Água e Esgoto", posto que os resultados alcançados independem das ações efetuadas.

Em elação aos temas “Adesão à separação de resíduos e coleta seletiva” e “Contratação sustentável”, os indicadores foram inseridos no decorrer do exercício de 2019. No caso da contratação sustentável, o foco está no monitoramento do percentual de contratações realizadas com atendimento a critérios de sustentabilidade. Quanto aos novos indicadores relacionados à coleta seletiva, houve readequação para se focar na destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados. Para tanto, disponibilizou-se questionário *online* para preenchimento pelos gestores administrativos, com dados relevantes para a efetivação das ações futuras, bem como daquelas em andamento na gestão de resíduos.

3. RESULTADOS E ANÁLISE DE DESEMPENHO

3.a COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Contratação Sustentável

No tema Compras Sustentáveis houve a inserção de indicador de contratação sustentável, conforme deliberação realizada em reunião da Comissão Permanente de Gestão Ambiental da JF3R, o qual se refere à quantificação dos expedientes que possuem cláusulas de sustentabilidade. Por tratar-se de um indicador novo, a JFSP optou por gerenciar comportamentos de internalização no que se refere à adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações, tendo-se como base as capacitações e reuniões de trabalho realizadas ao longo do ano, de modo a se observar o impacto de tais ações formativas, deliberativas e de sensibilização, na rotina de trabalho.

Portanto, em observância ao artigo 3º da Lei 8.666/1993, que preconiza que os órgãos públicos deverão adotar medidas que garantam o desenvolvimento nacional sustentável, nas reuniões de trabalho ocorridas ao longo do ano, as áreas administrativas da JFSP foram instadas a se manifestarem nos expedientes de compras e licitações iniciados a partir do segundo semestre, de modo a buscar o incremento da adoção de cláusulas editalícias que contemplem medidas de sustentabilidade contidas na Resolução CNJ 201/2015.

Com base nesta diretriz, observa-se nos novos contratos o cuidado de se refletir sobre a existência de cláusulas de sustentabilidade socioambiental e econômica a serem contempladas, objetivando a redução de gastos, a otimização de serviços, a introdução de novos dados e componentes da infraestrutura predial, que permitirão maior transparência, incremento do planejamento de serviços, obras e projetos de modernização, sempre embasada na sustentabilidade socioambiental, na acessibilidade e na responsabilidade social.

Contratação Sustentável		Resultados			
Indicador	Meta	Quantidade de contratos totais	2019	Resultado	Cumprimento da meta
Contratos com critérios de sustentabilidade	Medir o quantitativo de contratos com cláusulas de sustentabilidade	48	104	48	100%

O resultado deste indicador refere-se às manifestações espontâneas das áreas acerca dos resultados alcançados. Para o exercício de 2020, essas mesmas áreas administrativas deverão disponibilizar mensalmente as informações em um painel que utiliza a ferramenta *Dashboards* em Power BI, tornando possível a aferição de quantas e quais as cláusulas de sustentabilidade estão inseridas nas novas contratações e, assim, projetar metas para o citado indicador.

As lacunas e os pontos de melhoria estão sendo analisados, visando potencializar o capital humano para a melhoria da *performance* organizacional relativa à adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações a partir de 2020.

Papel

O acompanhamento visa verificar o desempenho relacionado ao consumo geral de papel, considerando a implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJE (Lei nº 11.419/2006 e Resolução nº 185/2013).

Em 2019, o consumo de papel foi 63,32% menor do que o registrado no ano base de 2015, tendo alcançado uma economia acumulada de R\$324.309,60 neste período.

Em relação ao exercício de 2018, o consumo de resmas de papel reduziu 46,35%, como consequência do programa de expansão do PJ-e, denominado "TRF3 100% virtual", bem como dos novos contratos de *outsourcing*. Isso porque a migração dos processos (125 mil processos até o final de 2019) para o ambiente virtual PJ-e tem contribuído para a diminuição da necessidade de impressão de documentos.

Observa-se, portanto, eficiência na gestão de impressão decorrente de contratos de *outsourcing*, que permitem mensurar quantas são as impressões realizadas e, com a utilização dos crachás, pode-se aferir, também, o número de cópias impressas por cada usuário.

Papel			Resultados							
Indicador	Meta atual	Und	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da Meta	Desempenho acumulado (2015-2019)
Consumo e gasto de papel próprio	Reducir o consumo em 10%	Resma	57.487	54.099	43.531	39.300	21.085	-46,35%	140,39%	63,32%
		R\$	R\$497.268,43	R\$491.138,95	R\$420.998,18	R\$453.277,14	R\$296.613,09	-34,56	-	-

Com a terceirização dos serviços de impressão em andamento (Processo SEI 0065784-59.2017.4.03.8001), até o final de 2020 o controle de impressões por crachá e/ou login estará totalmente implantado.

Embora a meta deste indicador tenha sido atingida, para 2020 estão previstas ações junto às unidades que, mesmo com a implantação do PJ-e, ainda necessitam da impressão de grande volume de documentos, como é o caso das centrais mandados e CEUNI, visando empreender esforços em conjunto para a melhoria dos resultados deste indicador.

Copos Descartáveis

Houve sensível diminuição do consumo de copos descartáveis para água e, consequentemente, dos gastos envolvidos, como resultado de campanha de conscientização "Faça o bem: utilize o copo de vidro", realizada a partir de março de 2019 (Processo SEI 0008909-98.2019.4.03.8001), bem como a prática administrativa de aquisição de copos plásticos de água (200 ml) somente para as áreas que atendem o público externo, como JEF e setores de atendimento médico, de psicologia e assistência social.

Copos Descartáveis			Resultados							
Indicador	Meta atual	Und	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta atual	
Consumo de Copos de 200 ml	Reducir o consumo em 5%	centos	47.335	44.632,50	33.779	38.214	22.887	-40,11%	136,96%	
		R\$	R\$83.543,01	R\$86.698,70	R\$66.138,93	R\$85.908,93	R\$51.747,76	-39,76%	136,59%	

Consumo de Copos de 50 ml	Reducir o consumo em 10%	centos R\$	6.256 R\$ 5.282,41	5.464 R\$ 4.625,15	4.381 R\$ 3.732,47	3.904 R\$ 3.781,29	3.950 R\$ 3.825,47	+1,18% +1,17%	-12,42% -12,41%
---------------------------	--------------------------	------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------	---------------	-----------------

Para 2020 está prevista a continuidade da campanha voltada ao público interno, de substituição de copos de plástico por copos de vidro, bem como estudos de viabilidade de aquisição de e-copos para substituição gradual dos copos de plástico destinados ao uso do público externo que circula nas dependências dos Fóruns.

Água envasada

Desde abril/2017 mantém-se a boa prática de não aquisição de água mineral em embalagens de 500 ml e 1,5 litros para as reuniões, que foram substituídas por jarras de água retornáveis.

Com relação ao consumo de água em embalagens retornáveis de 20 litros, observa-se o não cumprimento da meta, com aumento do consumo em 10,71%, o que pode estar relacionado ao aumento de servidores, o que se observa na comparação do indicador "Variáveis gerais" (doc. SEI 5585107) o retorno do programa de estágio na Seção Judiciária de São Paulo em 2018, aumentando a circulação de pessoas nos fóruns e consequentemente, o consumo de água.

Contudo, visando ao alcance desta meta, conforme plano de ação proposto, a Administração adquiriu 372 purificadores de água IBBL Expert, no segundo semestre de 2019. Esses purificadores, com elementos filtrantes (refis) são conectados diretamente à saída de água dos edifícios, em unidades nas quais há adequação das instalações hidráulicas. Esta ação não substitui totalmente o fornecimento de água potável, mas supre parte considerável do consumo.

O custo de aquisição dos purificadores de água foi de R\$ 571.648,80, sendo que os gastos com água mineral em galões somente no exercício de 2019 foram de R\$550.946,96, indicando uma significativa vantagem econômica na substituição, tendo em vista que, doravante, somente será necessária a manutenção desses equipamentos, ou seja, a aquisição dos elementos filtrantes ou refis, o que deve ser realizado a cada 2 anos.

Água Envasada			Resultados						
Indicador	Meta atual	Und	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Consumo de garrafa descartável	Extinguir consumo até 2018	510 ml e 1,5 l	26.007	29.889	8.158	0	0	-100%	-
		R\$	não medido	R\$52.726,62	R\$14.257,11	0	0	-100 %	-
Consumo de galão retornável	Diminuir em 5%	20 l	45.019	52.691	48.471	52.208	57.800	10,71%	-16,54%
		R\$	não medido	R\$368.837,00	R\$466.010,54	R\$545.608,16	R\$550.946,96	-16,54%	-6,29%

Para aquelas unidades que não dispõem de adequação nas instalações hidráulicas, havendo disponibilidade orçamentária, há estudos de engenharia em andamento para ampliação da oferta deste tipo de filtros purificadores (processo SEI nº 0023151-96.2018.4.03.8001).

Impressão

Este indicador mede a quantidade de impressões, mas com a ampliação do serviço de *outsourcing* de impressão, esta quantificação está relacionada aos equipamentos locados pelo Órgão.

Trata-se de um grande avanço na substituição das impressoras patrimoniadas por serviço terceirizado. Nesses contratos, os suprimentos já estão incluídos no valor final do contrato e destes não podem ser separados. O uso das impressoras proporciona um alto grau de escalabilidade, rastreabilidade e utilização com bilhetagem por centro de custos, o que tem trazido transparência e economicidade a este serviço.

Os novos contratos terceirizados permitem mensurar quantas são as impressões realizadas e, com a utilização dos crachás, o número correspondente impresso por cada usuário.

Impressão		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Impressão de documentos e equipamentos instalados	Reducir impressões em 3%	26.228.500	10.831.888	12.323.104	13.906.488	15.817.489	13,74	-17,26%
	Reducir equipamentos em 5%	1.541	588	592	588	696	18,37	-24,60%
	Reducir gastos com suprimentos em 5%	R\$694.380,00	R\$642.030,05	R\$484.652,12	R\$413.237,46	R\$0,00	-100%	200%
	Reducir gastos com contratos em 5%	R\$613.494,11	R\$1.312.689,39	R\$1.473.567,58	R\$1.521.251,75	R\$1.598.807,82	5,10%	-10,63%

Conforme indicado no tema "Papel", as ações a serem implementadas para a melhoria deste indicador serão pesquisas de avaliação de consumo junto às áreas que realizam maior número de impressões e a realização de campanhas de conscientização.

Telefonia

O acompanhamento visa verificar o consumo e gasto com serviços de telefonia, considerando a implantação, em 2018, do modelo de contratação para locação de centrais telefônicas com manutenção, no modelo VoIP, bem como a disseminação de formas alternativas de comunicação, como correio eletrônico, *novel messenger*, *whatsapp* e aplicativos gratuitos de comunicação.

Em 2019, os contratos de telefonia móvel e fixa foram readequados, com diminuição dos custos contratuais. No item "Linhas telefônicas fixas", há 52 troncos chaves, sendo um para cada prédio JFSP, à exceção de uma subseção, que tem um único tronco chave para os dois prédios. Ademais, houve a exclusão do JEF/Campinas em dezembro/2019, resultando no cancelamento de 40 linhas DDR.

O contrato de telefonia móvel objetiva atender a intimações virtuais via *whatsapp* dos Juizados Especiais Federais, o uso dos cargos de gestão, bem como os plantões judiciários e administrativos dos Fóruns. No exercício de 2019, estudos permitiram a revisão dos contratos de comodato de telefonia móvel, com a redução das linhas, de 440 para 91 aparelhos, correspondente a 20% do número de celulares do contrato anterior, sem prejuízo na qualidade da prestação deste serviço.

Telefonia	Resultados

Indicador	Meta atual	Und	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Quantidade e gasto com telefonia fixa	-	linha	6474	6474	6474	6474	6434	-0,62%	-
	Reducir em 5%	R\$	R\$576.364,34	R\$254.512,40	R\$190.502,91	R\$381.840,30	R\$276.178,47	-27,67%	123,86%
Quantidade e gasto com telefonia móvel	-	linha	-	440	440	440	91	-79,32%	-
	Reducir em 5%	R\$	R\$423.601,98	R\$746.450,66	R\$581.406,10	R\$557.642,57	R\$447.083,52	-19,83%	115,61%

Com o cumprimento pleno das metas, outras ações em andamento são a divulgação pelos canais de comunicação internos (e-mail, intranet e internet) de formas de otimização e de uso correto do serviço de telefonia.

Reformas

Refere-se ao acompanhamento dos gastos relacionados a obras, de modo a se detectar a priorização do atendimento à Resolução CNJ nº 114/2010, que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras do Poder Judiciário. São consideradas neste tema as obras de pequeno porte, ou seja, as reformas e alterações de *layout*, não sendo considerados gastos com construção e novos edifícios.

Este indicador passou por revisão, com mudanças na metodologia de cálculo para que os valores correspondentes ao mobiliário não sejam considerados nos gastos com reformas, tendo em vista as distorções geradas por essas variáveis, quando considerados os valores de entrada e de saída do estoque.

O plano plurianual que comprehende o período de 2016 a 2019 engloba modernizações nas instalações, inclusive quanto à acessibilidade, o que representa necessidade de investimento e, por isso, não teve meta incluída para o exercício de 2019. Contudo, a diminuição dos gastos com as reformas no exercício de 2019 pode ser justificada principalmente pela necessidade de controle de inscrição dos restos a pagar em 2020, pois devido ao limite de gastos imposto à Administração, essas despesas (RP) impactam a execução financeira do exercício seguinte.

Reformas		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	
Gastos com reformas	-	R\$6.690.739,99	R\$9.203.243,33	R\$7.283.174,63	R\$8.344.697,41	R\$ 5.406.368,18	-35,21%	

O citado controle das reformas resultou no adiamento de contratações, contudo foi indispensável, tendo em consideração a redução significativa de orçamento do Judiciário no ano de 2020, uma vez que não seria possível contratar, executar e pagar todas as despesas que continham disponibilidade orçamentária no exercício de 2019.

Limpeza

O objetivo deste indicador é o acompanhamento e monitoramento constante dos gastos, o que já inclui o material de limpeza fornecido pela empresa, contratada. Com este controle é possível verificar a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema.

A meta do indicador de gastos relacionados aos serviços de limpeza em 2019 era manter o gasto médio dos contratos de limpeza e conservação. Contudo, ante o contingenciamento ocorrido, houve revisão contratual que gerou uma economia de R\$2.919.417,36 em relação ao exercício anterior.

		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da Meta
Gasto com contratos de limpeza no período base (R\$)	Manter a média de gastos	R\$19.863.364,92	R\$16.713.358,24	R\$10.786.508,97	R\$11.093.379,39	R\$8.173.962,03	-26,32	126,32

Para 2020, objetiva-se manter a média de gastos com limpeza em relação ao exercício anterior.

Vigilância

Trata-se de acompanhamento para verificação dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade por área, tipo de postos (modelos, horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio, sem comprometimento dos padrões de segurança.

Não há um percentual de redução previsto para este indicador, tendo em vista as ações empreendidas no exercício de 2016, como a supressão de diversos postos de vigilância, decorrente do severo contingenciamento ocorrido naquele exercício. Observa-se em 2019 a existência de 161 postos de vigilância a menos em relação a 2015.

No biênio 2018-2019 houve a ampliação do uso de tecnologias de apoio, com aumento da equipe de monitoramento do Sistema CFTV, de 3 para 6 postos de vigilância, expansão de funcionamento da Central de Monitoramento, para monitoramento noturno nos dias úteis e 24h nos finais de semana e feriados. Neste período, houve atualização e ampliação do Sistema CFTV, com aquisição de 45 DVRs e substituição, em andamento, de câmeras antigas por câmeras Full HD (420 câmeras), além da implantação do Sistema de Portaria SISPRO, para controle de movimentação de usuários nos Fóruns.

Em 2019 realizou-se a adequação dos contratos de segurança, embasada nos estudos realizados nos processos SEI 0025442-35.2019.4.03.8001 e 0026067-69.2019.4.03.8001, com diminuição de R\$ R\$871.659,60 nos custos, em relação ao exercício anterior.

Vigilância		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	
Custo individual dos postos de vigilância	Diminuir postos	507	334	333	344	346	0,61	
	Reducir custos	-	R\$37.000.665,23	R\$30.342.750,68	R\$30.167.082,85	R\$29.295.423,25	-2,89	

Para 2020, há projeção de reduções de custos na contratação de vigilância, com o encerramento da prestação de serviços para vigilância patrimonial a partir de fevereiro de 2020, devido à devolução do prédio do JEF Campinas, decorrente do projeto de unificação dos edifícios Varas/JEF (SEI 0020022-49.2019.4.03.8001) e da implantação de nova sede do Fórum Federal de Mauá (SEI 0012012-16.2019.4.03.8001).

Veículos

Este indicador refere-se ao acompanhamento da gestão da mobilidade no órgão e dos gastos com a frota oficial, objetivando maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos.

Enquanto em 2018 houve aquisição de 9 (nove) veículos com tecnologia FLEX, para substituição de veículos mais antigos, conforme Plano Anual de Aquisição de Veículos - 2017 (SEI 0059551-46.2017.4.03.8001), no exercício de 2019 realizou-se a realocação das viaturas e a redução da frota, com o desfazimento de viaturas e regularização da documentação de veículos antigos, que foram objeto de doação a órgão público (SEI 0018148-63.2018.4.03.8001).

Veículos		Resultados					
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	comparativo 2018-2019
Quantidade de veículos	-	180	121	121	130	114	-12,31
Gasto com manutenção de Veículos	-	R\$74.910,15	R\$62.342,98	R\$114.829,75	R\$116.762,49	R\$106.173,00	-9,07%

Embora não tenha sido estipulada uma meta específica para este indicador, observa-se o empenho da Administração na modernização e redução da frota, o que tem resultado em diminuição de gastos e, também, de emissão de poluentes.

Combustíveis

Refere-se ao acompanhamento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais. A meta diz respeito à diminuição do consumo de combustível e, consequentemente, da quantidade total de quilômetros rodados, não levando em conta o valor gasto, conquanto este é vulnerável às variações de preço.

Em 2017 optou-se por estabelecer meta de manutenção médias de consumo de combustível do ano anterior, com a variação máxima de 15%, tendo em vista o envelhecimento da frota. Para 2018 e 2019 estabeleceu-se somente a manutenção do consumo em relação ao ano anterior.

Com a diminuição da frota em de 130 para 114 veículos, bem como em razão da substituição de veículos antigos por novos, do tipo FLEX, houve uma diminuição relativa do consumo de combustível.

Combustíveis		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Consumo de gasolina		-	19.872,78	20.812,47	16.799,27	16.997	1,18%	-1,18%
Consumo de etanol	manter a quantidade de litros	-	4.446,81	4.267,90	5.688,49	4.170	-26,69%	126,69%
Consumo de diesel		-	15.912,36	12.382,39	14.261,75	13.875	-2,71%	102,71%
Quilometragem total da frota	-	474.704	291.235	291.246	246.130	242.462	-1,49%	-

Mantendo-se a prática de substituição gradativa de veículos antigos por FLEX, estima-se uma diminuição do consumo de combustível ao longo do tempo.

3.b RECURSOS NATURAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS

Energia Elétrica

Para este indicador, que mede o consumo e gastos com energia elétrica, observa-se a diminuição no consumo energético, resultado de diversas ações implementadas nas reformas realizadas no decorrer do ano, como a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas LED, a continuidade da reforma de adequação das instalações elétricas e de cabeamento em diversos fóruns, de telefonia, de dados, dos sistemas de segurança patrimonial, de distribuição de ar condicionado.

Encontra-se em andamento a implantação de sistema de climatização tipo VRF (volume de gás refrigerante variável), com objetivo de melhorar a performance do sistema e diminuir os custos com energia elétrica e água, pois o novo sistema não utiliza água para refrigeração das máquinas.

Ademais, a JFSP criou programa de gestão energética sustentável, visando à consolidação dos projetos em tramitação e a prospecção de novas ações através do Sistema de Compensação de Energia Elétrica previsto na Res. Normativa ANEEL 482, de 17/04/2012. Referido programa inclui o fornecimento de instalação de Sistema de Mini-geração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID no Fórum da Subseção Judiciária de Barueri, com estimativa de geração anual de 207.200 kWh de energia, projetando-se uma economia na ordem de R\$85.000,00/ano, ou seja, 60% do custo anual de energia do Fórum.

		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Consumo de Energia Elétrica	Diminuir o consumo em 2%	16.352.026	13.799.821	12.532.280	12.260.480	12.035.094,00	-1,84%	-0,16%
Gasto com energia Elétrica	-	R\$9.486.578,33	R\$8.113.860,84	R\$7.125.599,09	R\$7.787.278,52	R\$8.205.204,22	5,37%	-

O programa prevê, ainda, estudos técnicos para a ampliação da geração fotovoltaica, com a implantação de usinas em outras subseções como São José dos Campos, Santos e Presidente Prudente, visando à compensação de energia produzida pelas usinas próprias com o gasto de energia projetada, conforme previsto na citada resolução ANEEL.

Com relação à necessidade de novas ações de conscientização dos usuários, a equipe de gestão de dados (EGD) criou planilha Power BI para divulgar o consumo de energia e água de todas as Subseções, que será utilizado a partir de 2020 para a criação de um ranking das Subseções quanto à redução do consumo de energia elétrica.

Campanhas de conscientização para o uso sustentável deste recurso natural também estão sendo planejadas.

Água e Esgoto

Trata-se do acompanhamento e monitoramento do consumo e gasto com água, que objetiva a verificação de possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade.

De acordo com a determinação do Comitê de Gestão Estratégica (CGER-3R), considerando que os resultados alcançados independem das ações efetuadas, houve a exclusão da meta do indicador *Gasto com água (R\$)*, quando da revisão das metas.

Apesar das ações consolidadas em exercícios anteriores, bem como da implantação de sistema de climatização tipo VRF em andamento e, ainda, da manutenção regular de instalações, revisão de controladores de vazão nas torneiras econômica, ajustes de pressão e troca de arejadores daquelas já instaladas, observou-se em 2019 a ocorrência de diversos consertos emergenciais que resultaram em maior consumo de água. Ademais, houve aumento da circulação de pessoas nos fóruns e aquisição de novos purificadores de água instalados na rede hidráulica, conforme consta no indicador "Água envasada", demandando maior consumo de água potável e de serviços sanitários.

		Resultados

Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Consumo de água e esgoto	Diminuir em 2%	84.200	76.099	67.483	68.918	73.505	6,66%	-8,83%
Gasto com água e esgoto	-	R\$1.818.615,42	R\$2.012.990,90	R\$1.955.215,76	R\$2.124.116,00	R\$2.396.120,82	12,81	-

Há projetos e estudos técnicos de reformas e novas edificações com reaproveitamento de águas pluviais e águas servidas, bem como de instalação de vasos sanitários e caixas de descarga com vazão de 3 (três) e 6 (seis) litros para economia nas descargas, os quais dependem de disponibilidade orçamentária.

Gestão de resíduos sólidos e adesão à separação de resíduos e coleta seletiva

Referidos indicadores medem os resultados de descarte e destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos. O objetivo destes indicadores é estimular a redução e a correta separação de resíduos, bem como otimizar a sua disposição ambientalmente correta, por meio da adesão de todas as unidades à coleta seletiva. Importa destacar que as metas visam a uma melhor retratação do conceito de gestão de resíduos adotado pela Justiça Federal da 3.^a Região, com base a redução da geração de resíduos, pois as antigas metas de aumento do volume de resíduos destinados à reciclagem apresentavam-se contrárias às metas de diminuição de consumo. Por isso, a meta geral para o indicador passou a ser a "*destinação correta de 100% dos resíduos gerados/separados*".

A nova meta estipulada para este indicador em 2019 é a aferição do quantitativo de subseções que destinam os resíduos gerados/separados de forma ambientalmente correta.

A metodologia adotada para computar a adesão à coleta seletiva pelas subseções judiciárias da JFSP foi a pesquisa direcionada aos gestores administrativos de todas as subseções e edifícios da Capital, objetivando a coleta de diversos dados gerais sobre a gestão de resíduos em cada fórum.

Observou-se que, das 44 subseções judiciárias, 37 fazem a separação e coleta seletiva dos resíduos, sendo que destas, 14 entregam os resíduos recicláveis diretamente à prefeitura local, que providencia o rateio entre as cooperativas e 15 ainda separam somente papel para reciclagem. As 7 subseções que não fazem a coleta seletiva de resíduos, alegam não haver cooperativas ou associações nos respectivos municípios.

Os resultados apurados em 2019 referem-se aos fóruns que aderiram à coleta seletiva, que correspondem a 84,09% das subseções.

A diminuição do montante da coleta geral refere-se à melhoria da separação nos fóruns ao longo do ano, com instalação de lixeiras coloridas nos átrios da Capital, sendo que nas unidades permanece a separação em 2 lixeiras próximas e etiquetadas (uma para resíduos secos/recicláveis e outra para os inservíveis, úmidos ou não-recicláveis). É importante registrar que, após campanhas e ações realizadas em 2018 e 2019, de forma voluntária foram eliminadas as lixeiras embaixo das estações de trabalho de boa parte das unidades.

Com os eventos realizados para tratar do tema com os administradores, como a oficina de *Design Thinking*, pesquisa, cursos e contato permanente como as subseções, observou-se uma melhoria na aferição dados de separação por tipos de resíduos. Verificou-se, também, a partir da abertura de um canal de comunicação mais direta, o aumento do interesse e a conscientização dos gestores administrativos acerca da importância da separação de resíduos e da adoção da coleta seletiva em todas as Subseções.

Além dos resíduos eletroeletrônicos destinados à cooperativa especializada COOPERMITI, que possui Termo de Cooperação com a JFSP (SEI 0008820-46.2017.4.03.8001), no exercício de 2019 realizou-se campanha junto aos magistrados, servidores e terceirizados, para coleta de resíduos eletroeletrônicos domésticos, que resultou na doação de cerca de 800 kg deste tipo de descarte à cooperativa.

Com a nova diretriz de compras sustentáveis, também foram firmados contratos para o descarte ambientalmente correto de 5.054 lâmpadas fluorescentes e, no caso de No-Breaks, foram 454 unidades descartadas, sendo esses materiais relativos a todos os Fóruns, Juizados e Prédios Administrativos.

Quanto aos resíduos de obras, estes são retirados e descartados de forma adequada pelas contratadas, por tratar-se de uma obrigação contratual, conforme processo SEI 0024234-58.2015.4.03.8000 (doc. 3120949).

Coleta seletiva		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Adesão à coleta seletiva (subseções)	-	-	-	-	-	37	84,09%	-
Destinação de papel (kg)	Destinação correta de 100% dos resíduos gerados/separados	52.729,3 kg	32.429,00 kg	158.443,53 kg	29.084,31 kg	77.375 kg	166,04%	84,09%
Coleta geral (Kg)		-	10.071 kg	5.370 kg	50.587 kg	30.640 kg	-39,43%	
Destinação de resíduos de informática (Kg)		-	3.759,55 kg	0	0	2.465 kg	-	100%
Destinação de suprimentos de impressão (unidades)		-	550	2.530	400	9	-97,74%	100%
Destinação de pilhas e baterias (kg)		-	0	616	394	158	-59,87%	100%
Destinação de lâmpadas (unidades)		6.073	14.950	10.391	5.536	5.283	-4,57%	100%
Destinação de resíduos de saúde (Kg)		-	48 kg	48 kg	36 kg	36 kg	0,00%	100%
Destinação de resíduos de obras e reformas (m ³)		-	329	-	-	-	-	-

A meta para 2020 é a destinação ambientalmente correta de 100% dos resíduos gerados/separados na JFSP.

O foco das ações a serem implementadas em 2020 são a melhoraria qualitativa e quantitativa a partir dos entendimentos elaborados em conjunto com a Comissão de Gestão Ambiental da Justiça Federal da Terceira Região, no âmbito da respectiva Política de Gestão de Resíduos. Neste sentido, a SUSR está empreendendo esforços para dar suporte técnico e operacional às subseções que ainda não têm coleta seletiva, bem como àquelas que destinam somente papel para associações e cooperativas de catadores de resíduos. Isso está sendo realizado por meio de reuniões e contatos *online* e presenciais para solucionar os problemas apresentados, levantamento de materiais de divulgação, bem como ações de sensibilização dos usuários para a retirada das lixeiras individuais, priorizando-se as lixeiras coletivas (recicláveis e não-recicláveis) devidamente etiquetadas.

Encontra-se em andamento, também, a preparação de campanha educativa, composto de material audiovisual e cartilha *online*, com dados coletados junto à COOPERLESTE, cooperativa de catadores de resíduos que atende os fóruns da Capital, que possui Termo de Cooperação com a JFSP (SEI 0005904-68.2019.4.03.8001).

3.c QUALIDADE DE VIDA E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Qualidade de Vida

Refere-se ao monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias, bem como da quantidade de ações de inclusão, de forma a fomentar a política de valorização do corpo funcional.

A meta é aumentar anualmente o número de servidores participantes em ações de qualidade de vida no trabalho, em ações solidárias e de inclusão social.

A área responsável pela qualidade de vida no ambiente de trabalho vem desenvolvendo um trabalho estruturado de acompanhamento, desenvolvimento funcional, gerencial e de promoção de bem-estar, com destaque para as seguintes atividades em 2019: avaliações psicológicas de servidores, magistrados e para desenvolvimento gerencial; acompanhamento dos processos de alteração de lotação por motivo de saúde; atendimentos funcionais; *coaching* e orientação gerencial; acompanhamento do regime de trabalho; pesquisas de desligamento e perspectiva de vacância; ambientação de novos servidores.

No que tange às campanhas desenvolvidas, forma realizadas em 2019:

"Janeiro Branco: vem para a saúde mental" - compartilhou informações e fomentou a reflexão sobre saúde mental, numa perspectiva positiva, propositiva e proativa, visando a prevenção do adoecimento emocional;

"Dia Internacional da Mulher: Um longo caminho de dificuldades a serem superadas": debateu sobre a luta das mulheres pelo fim da discriminação e pela igualdade de gênero, repúdio ao feminicídio e outras violência contra as mulheres, identificando-se, também, avanços como o Programa Justiça pela Paz em Casa, promovido pelo CNJ;

"Teletrabalho: Divulgação do resultado da pesquisa realizada na JFSP" - objetivou a divulgação do resultado da pesquisa que teve como finalidade acompanhar as atividades executadas fora das dependências do Órgão, bem como analisar os resultados junto aos gestores e servidores das unidades participantes do teletrabalho;

"Voluntariado e Qualidade de Vida" - objetivou sensibilizar quanto aos benefícios do trabalho voluntário para o indivíduo e para a sociedade;

"Setembro Amarelo: Valorização da vida" - promoveu o diálogo sobre o suicídio, visando alertar sobre a realidade do suicídio no Brasil e no mundo, bem como a conscientização sobre prevenção;

"Outubro Rosa" - compartilhou informações sobre o câncer de mama e de colo de útero, promovendo a conscientização e acesso sobre essas doenças e serviços de diagnóstico.

Qualidade de Vida		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Participação em ações	363	50	1.038	2.138	1.246	1.002	-19,58%	276,03%
Quantidades de ações promovidas	7	não medido	4	22	20	21	5%	300%
Participações em ações	121	não medido	não medido	527	496	148	-70,16%	122,31%

solidárias								
Quantidade de ações solidárias	3	não medido	não medido	4	3	1	-66,67%	-66,67%
Ações de inclusão	3	não medido	não medido	14	12	12	0%	400%

Para o exercício de 2020 estão em andamento novas ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão.

Capacitação Socioambiental

No exercício de 2019 houve uma valorização das ações de sensibilização e de capacitação, superando a meta em mais de 1.000%. Diversas campanhas e atividades de sensibilização e capacitação foram organizadas pelo Órgão ou em parceria com outras instituições, a saber:

Oficina *Design Thinking* “Rede Colaborativa em Gestão Socioambiental”;

Gincana “Lacre Amigo – JFSP.”, com a premiação da equipe vencedora da Subseção de Jaú “Solidariedade Jauh”;

Campanha permanente “Faça o bem: utilize o copo de vidro”, de substituição de copos plásticos por copos de vidro;

Oficina *Design Thinking* para iniciar a produção da Política de Gestão de Resíduos da Justiça Federal da Terceira Região, organizada pelo TRF3;

Minicurso comemorativo do mês do Meio Ambiente “O que são ODS?”;

Oficina “Licitações Sustentáveis”, com carga horária de 16h;

Projeto educacional “SustentaSubs” para disseminação da política dos 5Rs da Sustentabilidade e boas práticas socioambientais;

Curso EaD “Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis na Administração Pública”, com carga horária de 28 horas, que objetivou a formação de agentes multiplicadores de gestão ambientais em todas as subseções judiciárias; campanha de coleta seletiva dos resíduos eletroeletrônicos dos servidores, magistrados e colaboradores, os quais foram destinados à cooperativa de resíduos eletroeletrônicos da Capital (COOPERMITI).

Capacitação Socioambiental		Resultados						
Indicador	Meta atual	2015	2016	2017	2018	2019	Comparativo 2018-2019	Cumprimento da meta
Quantidade de ações	2	1	2	0	2	22	1000%	1.100%
Participação nas ações	79	-	248	50	77	480	523,38%	611,15%

Para 2020 encontra-se em andamento a produção de campanhas de sensibilização sobre diverso temas de gestão socioambiental, baseadas nos resultados dos trabalhos dos grupo formados no citado curso de formação de agentes multiplicadores realizado em 2019, que capacitou 184 servidores.

4. CONCLUSÃO

O modelo de desenvolvimento mundial baseado no consumo desenfreado tem contribuído para uma crescente degradação do meio ambiente. A conscientização acerca desta realidade levou ao engajamento dos diversos setores da sociedade para a necessidade de regulamentação da proteção ambiental, a fim de garantir para as presentes e futuras gerações um meio ambiente equilibrado.

Diante deste cenário, o conteúdo do presente relatório é indicativo de como o Poder Judiciário tem adotado uma política ambiental voltada à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável que considera, no exercício da função administrativa, o seu poder de influenciar o mercado consumidor, quando da aquisição de bens e contratação de serviços ou obras.

Neste sentido, a inclusão do tema "Contratação Sustentáveis" no Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo de 2019, visando medir a inserção de cláusulas de sustentabilidade nas novas contratações, mostrou-se impreterível por fomentar a reflexão acerca da necessidade de melhoria constante na promoção do consumo institucional consciente de bens e serviços, além de valorizar as contratações como instrumentos de fomento do desenvolvimento sustentável e, consequentemente, gerar impactos positivos nos resultados de todos os indicadores previstos na Resolução CNJ 201/2015.

As medidas administrativas consolidadas no âmbito do PLS resultaram na redução de gastos, economia de recursos naturais, otimização de serviços, introdução de novos dados e componentes da infraestrutura tecnológica e predial, com maior transparência e incremento do planejamento de serviços, obras e projetos de modernização no âmbito da JFSP, apresentando resultados satisfatórios e com capacidade inerente de influenciar positivamente as ações futuras, conforme justificativas apresentadas.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Molinari Fessore, Diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação**, em 09/03/2020, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Rangel Ramos, Supervisora da Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social**, em 09/03/2020, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5558801** e o código CRC **92BFCEA0**.